

Construtivismo ou construtivismos? Encontros e desencontros entre os diferentes grupos¹

Marilene A. Grandesso²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Paulista

Resumo

Este artigo propõe-se a fazer uma aproximação confrontadora e crítica entre as diferentes versões ditas construtivistas. Caracterizando-se o Construtivismo como uma epistemologia não justificacionista, oferece-se um panorama do território dito construtivista no que diz respeito à sua pluralidade de modalidades. Dentre elas, especial atenção é dispensada ao *construtivismo trivial*, *construtivismo radical*, *construtivismo crítico ou psicológico*, *construtivismo social* e *construcionismo social*. Assim, são analisadas as convergências e divergências entre estas versões, tendo como objetivo contribuir para uma organização teórica do campo, bem como o favorecimento do diálogo entre as diferenças. O artigo termina enfatizando a necessidade de uma psicologia e uma clínica psicológica que considerem tanto as idiosincrasias do indivíduo singular como a multiplicidade dos espaços interpessoais dos intercâmbios sociais, apontando para uma psicologia construída em torno de questões de inteligibilidade, utilidade social e valor humano em que são valorizadas tanto as singularidades dos indivíduos como as multiplicidades dos contextos.

Palavras-chave construtivismo, clínica psicológica, contexto interpessoal.

Constructivism or constructivisms?

An analysis of convergent and divergent points among different constructivist approaches

Summary

The purpose of this article is to approach the different Constructivism views in a confrontational and critical way. In this sense the author begins characterizing Constructivism as an objectivist epistemology and finalizes offering a scenario of the Constructivist field, concerning its plurality of modalities. Among them, special attention is devoted to the *trivial constructivism*, *radical constructivism*, *social constructivism* and *social constructionism*. Thus the convergence and divergence between these approaches are analyzed. The purpose of this analyses is to favor a possible organization of the field recognized as Constructivism and to enhance the dialogue between the differences. The article ends emphasizing the necessity of a psychology and psychological clinic that consider the idiosyncrasy of the singular individual as well as the multiplicity of interpersonal context of social interchange, stressing the arguments of intelligibility, social utility and human value.

Key words: constructivism, psychological clinic, interpersonal context.

O Construtivismo, enquanto uma posição epistemológica distinta, emergiu como uma alternativa para os problemas e dificuldades derivados das

explicações empiristas e racionalistas do conhecimento, que postulavam a separação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. Contudo, a quê, de

1. Trabalho apresentado na Mesa-redonda "Construtivismo em psicoterapia continuidade e ruptura". XXVIII Reunião Anual de Psicologia-SBP, Ribeirão Preto - SP - 1998.

2. NUFAC - Núcleo Família e Comunidade do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Endereço para correspondência: Rua Abdo Ambuba, 223 ap. 161 - São Paulo - SP, CEP: 05725-030, e-mail: mgrandesso@originet.com.br, fone/fax: 8290336 e 37448812.

fato, estamos nos referindo quando falamos sobre *Construtivismo* ou designamos a nós mesmos ou a outros como construtivistas?

Como uma distinta tradição conceitual, há um consenso na literatura da área de que o *Construtivismo* propõe uma redefinição da relação sujeito-objeto, calcada na noção da auto-referência pela qual o sujeito cognoscente está sempre implicado nas suas descrições, melhor caracterizadas como construções. Da mesma forma, construtivistas em geral enfatizam a construção ativa e pró-ativa de qualquer conhecimento.

Contudo, falar em Construtivismo no singular, é mais uma questão de retórica, uma vez que encontramos, na prática, uma pluralidade de enfoques, numa polifonia de vozes unidas na sua oposição a uma epistemologia objetivista e suas implicações tecnológicas baseadas no poder. Percorrendo a literatura da área, defrontamo-nos com uma proliferação de rótulos, referentes a versões alternativas do construtivismo, dentre as quais destacamos: *construtivismo radical* associado às destacadas posições de von Glasersfeld, von Foerster, Watzlawick (von Glasersfeld, 1991, 1994, 1995, 1996; von Foerster, 1981a, 1981b, 1974; Watzlawick, 1994; 1995b); *construtivismo crítico ou psicológico* representado por Mahoney, Guidano (Mahoney, 1991, 1998; Guidano, 1994); *construtivismo trivial* ao qual von Glasersfeld contrapõe o construtivismo radical (von Glasersfeld, 1994); *construtivismo moderado* de Opazo e Suárez (1998); *construtivismo dialético* descrito por Pascual-Leone (1997); *construtivismo social* no qual podemos incluir Bruner (1997) e Mascolo (1994); *alternativismo construtivo* associado a George Kelly (1955) e seus seguidores; *construtivismo epistemológico e construtivismo hermenêutico*, categorização utilizada por Chiari & Nuzzo (1996) para organizar as diferentes versões construtivistas; *construtivismo terapêutico* referido por Miró (1998) e, até o *construcionismo social* de Gergen e Shotter (Gergen, 1985, 1991, 1994; Shotter, 1993, 1994; Shotter e Gergen, 1989), ou ainda, *construcionismo social responsivo-retórico* definido por Shotter (Shotter, 1994) muitas vezes

incluídos como uma versão construtivista, embora na maioria das vezes sejam a ela contrapostos.

O que dizer desta diversidade? Embora se possa concordar que todas elas refletem variações em torno da noção de que o significado é uma construção ativa do indivíduo, poderíamos nós dizer que estes distintos rótulos estariam delimitando distintos territórios, ou mesmo, suficientemente distintos a ponto de caracterizarem distintas lentes? Se sim, qual seria o âmbito dessa diferença? Cumpre ressaltar que o recorte a partir do qual estas questões estão sendo propostas aqui, está restrito ao território da psicologia. A diversidade e os questionamentos seriam ainda maiores se incluíssemos, por exemplo, o campo do direito, da biologia, da filosofia, da matemática, da sociologia e da antropologia nas suas vertentes construtivistas.

Muitos autores têm procurado estabelecer as aproximações e diferenças entre estas tantas derivações (Chiari & Nuzzo, 1996; Neimeyer, 1997; Hoffman, 1992; Fried Schnitman, 1994). No entanto, tal diversidade tem favorecido, além de uma tensão entre os grupos que se dizem distintamente afinados com alguma destas vertentes, uma confusão na literatura em que autores definem sua posição como distinta às outras e acabam escorregando para a posição que contestam, num uso quase que indiscriminado dos termos e até mesmo ocasionalmente contraditório. Isto é particularmente notório no que diz respeito ao *Construtivismo* (usado de forma genérica) e o *Construcionismo Social* (Neimeyer, 1993b; Steier, 1991; Chiari & Nuzzo, 1996; Ibañez,). Contudo, mesmo que separássemos dois grandes territórios, construtivismo de um lado e construcionismo social de outro, ainda assim não eliminaríamos a diversidade dentro de cada um deles. De que construtivismo estamos falando e a que construcionismo estamos nos referindo? Que epistemologia está sendo proposta e que prática clínica pode ser organizada sob seu domínio?

Tal panorama, sem dúvida, justifica que um número inteiro do *Journal of Constructivist Psychology* tenha sido dedicado a essa polêmica, procurando, a partir da análise de convergências e divergências entre as distintas formas de construtivismo,

favorecer um posicionamento conceitual a favor da acentuação das diferenças *ou* na direção de uma possível síntese (Mascolo & Pollack, 1997). No mínimo, uma análise crítica dessa problemática poderia favorecer o diálogo e o intercâmbio entre os distintos grupos, organizando tradições que compartilham um eixo epistemológico comum, eliminando barreiras desnecessárias e faccionistas entre territórios.

Antes de nos determos na aproximação crítica a que me proponho fazer aqui entre diferentes vertentes "*Construtivistas*," convém ressaltar que a minha específica porta de entrada para uma epistemologia construtivista foi a terapia familiar sistêmica. Neste campo, da mesma forma em que ocorreu com a terapia cognitiva, observou-se uma transição *da* epistemologia objetivista, no caso da terapia familiar, representada pela Cibernética de 1ª Ordem ou Cibernética dos Sistemas Observados, *para* uma epistemologia construtivista, fundada numa Cibernética de 2ª Ordem ou Cibernética dos Sistemas Observantes (von Foerster, 1974). Além disso, convém ressaltar que grande parte de minha formação construtivista deu-se no Instituto Interfas de Buenos Aires, onde coexistiam no início da década de 90, as influências do construtivismo radical e do construcionismo social, justapostos em referências escritas e orais como sendo uma posição *construtivista/construcionista social*. Embora hoje o Instituto Interfas defina-se explicitamente como construcionista social, considero que tal composição poderia ser entendida, ao mesmo tempo, como uma afinidade e uma complementaridade conceitual entre essas duas vertentes, bem como uma insuficiência de cada um dos lados em si, como sistemas de inteligibilidade; daí a necessidade de complementação. Falando a partir deste lugar, é evidente que a análise que está sendo proposta aqui apresenta uma afinidade maior com o que se aproxima mais da minha prática. Assim, selecionei para análise as versões construtivistas que me parecem mais proeminentes na literatura da terapia cognitiva e sistêmica construtivistas/construcionistas sociais.

Construtivismo radical x construtivismo trivial

Von Glasersfeld (1994) estabelece a diferença entre o construtivismo trivial e o construtivismo radical, a partir da noção de conhecimento. O construtivista trivial, da mesma forma que o realista metafísico, afirma o autor, considera que o conhecimento estabelece uma relação de *igualdade/correspondência* (match)² com a realidade. É como se buscássemos por uma tinta igual à cor da tinta com que já pintamos metade de uma parede. A meu ver, assumir como postulado a possibilidade de correspondência, define esta posição como uma epistemologia objetivista e, portanto, fora do território construtivista. Talvez seja esta uma razão para que não se encontrem referências a tal versão como construtivista, a não ser em von Glasersfeld. Contudo, pareceu-me relevante incluí-la aqui, especialmente por poder contrapor a noção de igualdade/correspondência (match) à de encaixe (fit) associada ao construtivismo radical.

Distintamente, o construtivista radical procura pelo conhecimento que *encaixa* (fit), da mesma forma que uma chave encaixa numa fechadura e, assim, pode abrir a porta. Encaixar descreve uma característica da chave, não da fechadura. Glasersfeld lembra-nos de como distintas chaves, muito diferentes da chave original, podem abrir a mesma porta. Assim, o construtivismo radical considera o conhecimento como construção de realidades possíveis. A meu ver, contudo, o encaixe não descreve nem uma característica da chave e nem da fechadura, mas sim uma operação que se processa num espaço comum entre ambas, resultando numa adaptação harmoniosa da qual resulta o abrir de uma porta.

Chiari & Nuzzo (1996) fazem referência a uma outra analogia oferecida por von Glasersfeld que ilustra a posição construtivista radical, no que diz respeito ao seu postulado de interação entre sujeito e objeto, na construção do conhecimento. A relação

2. Optei por apresentar a palavra original em inglês entre parênteses porque entendo que a tradução ao nosso idioma, muitas vezes, compromete a força semântica carregada pela original. Este é, a meu ver, o caso de match e fit.

entre sujeito e objeto pode ser compreendida como a relação entre um rio e suas margens. Um rio corre onde quer que suas margens permitam que a água flua. Há uma sutil interação entre a *lógica* interna da água e a topologia do território, impondo restrições uma à outra, de forma recíproca e inseparável. Dizer que um rio corre para a direita, alegando que isso se deve à existência de uma colina, menospreza a lógica da água que impede o rio de correr para cima, por exemplo. Assim, um rio não representa suas margens, mas *encaixa-se* a elas, achando seu curso *entre* as restrições resultantes da interação entre as margens e a lógica da água.

Construtivismo radical x construtivismo crítico

Mahoney (1991), Efran & Fauber (1997) e Opazo e Suárez (1998) consideram que as premissas referentes a uma realidade subjacente, caracterizam a principal diferença entre o construtivismo radical e o construtivismo crítico. Essas premissas colocam, segundo eles, o construtivismo crítico dentro de uma posição *realista* e o construtivismo radical, numa posição *idealista*. Para o construtivismo crítico, embora não se possa alcançar a realidade, devido às nossas limitações em conhecê-la, ela é dada como existente, e o conhecimento é caracterizado por tentativas de aproximações a esta realidade. Assim, Mahoney define o construtivismo crítico e a si próprio como realistas, embora se trate de um realismo hipotético, crítico, ou representacional.

Portanto, os construtivistas críticos opõem-se ao construtivismo radical proposto por von Glasersfeld, considerando-o indistinguível do idealismo, à medida que, segundo Mahoney, essa forma de construtivismo nega a existência de qualquer realidade. Nos dizeres de Mahoney (1991):

...o construtivismo radical posiciona-se nas cercanias da posição clássica do idealismo ontológico, argumentando que não há nenhuma realidade (mesmo hipotética) além da nossa experiência pessoal. (p. 111)

Para fundamentar esta afirmação, Mahoney cita von Glasersfeld (1984, p.24)³:

O construtivismo radical... é radical porque rompe com as convenções e desenvolve uma teoria do conhecimento no qual o *conhecimento não reflete uma "realidade" ontológica objetiva, mas sim, exclusivamente, a ordem e a organização de um mundo constituído pela nossa experiência* (grifo meu). O construtivismo radical renunciou ao "realismo metafísico" de uma vez por todas. (von Glasersfeld, 1984, p.24, citado por Mahoney, 1991, p.111)

Nota-se, no entanto, que von Glasersfeld refere-se nesta frase às possibilidades do conhecimento, não fazendo menção explícita sobre a realidade do mundo. Mais enfaticamente ainda, essa distinção e crítica colocada por Mahoney não pode ser sustentada se recorrermos ao que afirma o próprio von Glasersfeld (1996):

[o construtivismo radical] Não nega uma "realidade" ontológica, meramente nega ao experimentador humano a possibilidade de obter dela, uma representação verdadeira (grifo meu). O ser humano pode encontrar esse mundo somente quando um modo de agir ou um modo de pensar falham em alcançar uma meta desejada (p. 29-30)...

Ainda numa outra referência a Glasersfeld (1991) encontramos:

...construtivismo lida com conhecer, não com ser... *Como um construtivista eu nunca disse (nem mesmo poderia dizer) que não há um mundo ôntico, mas posso dizer que não podemos conhecê-lo*" (p. 17). (grifo meu)

É bem conhecida de todos os que têm familiaridade com a literatura construtivista a analogia que Watzlawick (1994) utiliza para ilustrar essa caracterização do construtivismo radical. Watzlawick recorre à imagem de um capitão de um navio que,

3. Optei por apresentar a palavra original em inglês entre parênteses porque entendo que a tradução ao nosso idioma, muitas vezes, compromete a força semântica carregada pela original. Este é, a meu ver, o caso de *match* e *fit*.

tendo que atravessar numa noite de tempestade e mar revolto um estreito de mar desconhecido, não conta nem com mapas de navegação, nem farol, nem qualquer outra ajuda. Dois são, para ele, os possíveis resultados: ou se choca contra os arrecifes e perde o navio e a vida, ou consegue chegar vivo ao outro lado, alcançando o mar aberto. Se o resultado for o primeiro, o capitão terá conhecido com clareza, nos derradeiros instantes de sua vida, que o estreito não era como ele apostou ao fazer sua rota, que seu caminho não correspondia às características do estreito. Contudo, se chegar salvo a mar aberto, a única coisa que poderá dizer que sabe é que seu curso deu certo, nada podendo afirmar sobre a real natureza do estreito, nem mesmo se teria algum outro caminho mais curto e mais seguro. Podemos destacar desta analogia que não foi negada a existência de um estreito, apenas se ilustrou a impossibilidade de conhecer a sua realidade essencial.

Portanto, confrontada com as próprias palavras de von Glasersfeld, a distinção levantada entre construtivismo radical e construtivismo crítico fica improcedente, tornando questionável qualquer distinção entre essas duas vertentes, a menos que houvesse qualquer outro critério diferenciador. Aliás, o próprio Mahoney (1998) afirma ... *"estou igualmente bem cômico que a minha inclinação na direção do construtivismo crítico reflete um inegável viés em minha interpretação sobre o tema."* (p. 114) Von Glasersfeld refere-se à objetividade do conhecimento, não à existência de uma realidade ontológica. As próprias noções centrais ao construtivismo radical de *encaixe*, referente à adaptação às restrições da experiência, e de *viabilidade*, fazem menção clara e diretamente a uma realidade existente. Estas mesmas noções tornam indistintos o construtivismo radical e o crítico, na medida em que ambos consideram que a natureza impõe os limites à experiência, caracterizadas como restrições do ponto de vista da viabilidade (von Glasersfeld, 1996; Mahoney, 1998)

Construtivismo social x construtivismo x construcionismo social

Os proponentes da abordagem construtivista social tendem a diferenciá-la tanto de outras propostas construtivistas, como das construcionistas sociais. No entender de seus defensores, enquanto as demais propostas construtivistas, centradas no indivíduo (como a de von Glasersfeld, 1994; 1995; Piaget, 1970), tendem a subestimar as origens sociais do significado e atividade, o modelo construcionista social (Gergen, 1985; 1991; 1994), tende a subestimar o papel do indivíduo na criação do significado (Mascolo, 1994).

O construtivismo social fundamenta-se num modelo sociocultural da mente, de acordo com o proposto por Vygotsky, para quem o funcionamento mental tem sua origem nos processos entre pessoas e não, nas mentes individuais. Assim, o desenvolvimento do funcionamento mental, decorre da internalização das atividades externamente desenvolvidas em interações sociais. Nesse sentido, em termos de desenvolvimento, primeiro aparece o plano social, depois o psicológico, portanto, configurando primeiro um plano interpsicológico de desenvolvimento, depois, um intrapsicológico.

Nesse sentido, a posição construtivista social diverge da construtivista (tomada aqui indistintamente tanto a radical como a crítica) na medida em que esta enfatiza a natureza ativa e pró-ativa da construção de todo conhecimento, numa primazia dos processos mentais como auto-organizadores (Mahoney, 1998; von Glasersfeld, 1996). Apoiados numa metateoria motora da mente, os construtivistas consideram os processos mentais como intrinsecamente motores, o que não implica na desconsideração dos contextos sociais nos quais a experiência é construída. Contudo, embora apoiados na noção de que a experiência humana sempre inclui a interação social, antes de construir-se a si mesma a partir do outro, a criança constrói o outro, atribuindo a este, as capacidades perceptivas e cognitivas que vê em si mesma (von Glasersfeld, 1996). Assim, todo conhe-

cimento é o resultado da reflexão e abstração a partir da percepção e dos próprios esquemas de conhecimento anterior, portanto, resultado de uma construção individual.

Dessa maneira, persiste, de fato, uma diferença teórica entre o construtivismo social de um lado, e o construtivismo (radical e crítico) de outro: enquanto os construtivistas postulam um mundo mental, daí teorizando sua relação com um mundo externo, os construtivistas sociais priorizam o processo social do qual entendem decorrer o conhecimento em nível da mente individual. Vejamos agora o que se passa em relação ao construcionismo social.

Se tomamos como referência a origem dos significados, o construtivismo social e o construcionismo social são a meu ver absolutamente concordes. Para ambos, os significados se originam no processo que ocorre *entre* as pessoas e não, dentro delas. Assim, ambos concordam que não tem sentido buscar a fonte dos significados ou funcionamento psicológico ou dentro das pessoas, ou dentro dos contextos sociais (Mascolo, 1994; Anderson & Goolishian, 1988, Gergen, 1994). Portanto, ambos, o construtivismo social e o construcionismo social postulam a natureza interpessoal da construção dos significados.

Da mesma forma, pode-se destacar uma convergência entre o construtivismo social e o construcionismo social, no que tange à definição do conhecimento de si mesmo e do mundo exterior como decorrentes dos contextos dos espaços interpessoais do mundo comum (Gergen, 1985; Fried Schnitman & Fuks, 1994). Mais explicitamente falando, Shotter (1993; 1994 e 1997), defendendo uma posição construcionista social à qual agrega os qualificadores *dialógico* ou *responsivo-retórico*, considera que o mundo interno não se apresenta como um reflexo de processos inerentes à psique individual, sendo desenvolvida na *ação conjunta* que se caracteriza como um processo social e lingüístico. Shotter (1993) considera comum a todas as versões construcionistas sociais, a ênfase dialética tanto sobre a contingência e a criatividade da interação humana, ao construir e ao mesmo tempo ser

construída pelas realidades sociais, definindo uma dimensão *self-outros* da interação.

Contudo, uma importante distinção pode ser apontada entre o construtivismo social e o construcionismo social, no que diz respeito à maneira de conceber o *self*, se tomarmos como referência a posição construcionista social de Gergen (1991; 1994). A crítica levantada pelos construtivistas sociais à posição construcionista social de Gergen, refere-se à negação da concepção do *self* como agente. Mascolo & Dalto (1995), analisam várias das afirmações de Gergen (1991) sobre o *self*, dentre as quais a de que o dito Cartesiano *cogito ergo sum* deveria ser substituído por *comunicamus ergo sum*. Para Mascolo & Dalto na definição dada por Gergen do *self* pós-moderno, socialmente saturado, não há um *self* de fato. Esta também representa a maneira de ver de Neimeyer (1997). Como construtivistas sociais, Mascolo & Dalto concordam com o pressuposto construcionista de que os *selves* são definidos nas relações, mas consideram que isto não implica em negar a possibilidade de que sejam providos pela condição de agentes (*agency*)⁴ para os *selves*. Para eles, autoria/ação (*agency*) humana e contexto social são inseparáveis e mutuamente constituídos. A diferença pela qual a posição construtivista social representada por estes autores coloca em relação à posição de Gergen pode ser então caracterizada pela ênfase dos primeiros sobre a manutenção do agente, do construtor. Mascolo & Dalto entendem a posição de Gergen como um construcionismo sem agente.

Por outro lado, Mascolo & Dalto entendem que quando Gergen (1991) refere-se ao pressuposto de que o "EU" torna-se eu, pela incorporação social de múltiplos outros, está fazendo uma referência

4. Optei por traduzir traduzir a palavra *agency* por autoria, quando se referindo a um substantivo, e por agente, no caso de ser referente ao sujeito da ação. Outra possibilidade seria a de traduzir por agenciamento, mas pareceu-me menos satisfatória. Entendo que a palavra autoria tem uma conotação mais apropriada, por trazer implícita a noção do sujeito como autor de suas próprias ações no mundo, o que em si apresenta uma implicação moral e social. Recomendo para uma maior discussão deste conceito, informado pelo trabalho de Heidegger, Gadamer e Levinas, o artigo de Williams (1992).

implícita a um processo de internalização. Ou seja, não se pode internalizar os outros *qua* outros, sem que sejam mantidos no processo, elementos do *self* que internaliza. Assim, parece-me que Mascolo & Dolto ao questionarem as afirmações de Gergen, trabalham a serviço de uma explicitação de convergências, mais do que de diferenças. Na posição construtivista social que esses autores representam, são as pessoas que estruturam e priorizam a multiplicidade de *selves* que experienciam. A tese que defendem é de que o conceito de *auto-reflexividade* deve ser inerente a uma posição construtivista social.

Contudo, embora no futuro possa haver uma maior integração entre o construtivismo social e o construcionismo social, dado que ambos subordinam o conhecimento individual aos processos sociais, o primeiro inclui explicitamente os processos intrapessoais, enquanto o segundo focaliza-se nas práticas relacionais que, segundo eles, constituem a base de qualquer conhecimento. Assim, enquanto os construtivistas sociais objetivam um mundo especificamente mental, definido por conceitos tais como *atenção, abstração, associação, metas, marcos cognitivos*, os construcionistas sociais focalizam sua atenção aos *processos microssociais*, defendendo a compreensão humana a partir da esfera relacional.

Construtivismo x construcionismo social

A grande oposição que se encontra dentre as várias vertentes aqui consideradas, ocorre entre o construtivismo e o construcionismo social. Neste particular, encontramos constantemente na literatura, tanto o uso indiscriminado e indistinto de Construtivismo e Construcionismo Social, como também diferenciações explícitas e críticas dos defensores de uma posição em relação à outra (Real 1990; Grandesso, 1994, Grandesso, 1997).

Villegas (1992), Fernandez-Alvarez (1996) e Neimeyer (1997), por exemplo, incluem Gergen e Shotter, que explicitamente se definem em todos os seus escritos como construcionistas sociais, como construtivistas. Villegas chega inclusive a dizer que

Gergen “*levou o construtivismo ao campo do social*” (Villegas, 1992, p. 8). Contudo, analisando o desenvolvimento do trabalho de Gergen desde seu artigo de 1985 (Gergen, 1985; 1991; 1994; 1996; 1998a; 1998b), podemos dizer que sua perspectiva vinculase muito mais à crítica ideológica, processos literários e retóricos e à base social da construção do significado. Assim, não poderíamos incluir Gergen, dentro dos pressupostos construtivistas.

Da mesma forma, Ibañez (1992), mesmo não explicitando isto, refere-se ao construtivismo e ao construcionismo social como equiparáveis. Embora o título do seu artigo seja – “*Cómo se puede no ser constructivista hoy en día?*” – o que o autor escreve, poderia ser perfeitamente incluído como o que habitualmente se define como construcionismo social, de modo que o título do artigo poderia ser “*Cómo se puede no ser construcionista social hoy en día?*”

Pascual-Leone (1997) referindo-se a um construcionismo sociocultural, que da mesma forma que é apresentado por Gergen (1985) admite um determinismo exógeno (sociocultural), caracteriza-o como um tipo de construtivismo categórico.⁵

O panorama que se observa no campo da comunidade psicológica é de uma vertiginosa proliferação de artigos teóricos e clínicos, referindo-se ou incluindo-se sob o enfoque construtivista e/ou construcionista social. Chiari & Nuzzo (1996), a este propósito, consideram que a consequência de tal perpetuação do construtivismo, no nosso campo, teve como implicação, num primeiro momento, uma dilatação do seu significado, resultando numa permeabilidade a diferentes abordagens, decorrendo daí, o tributo de diluição do seu significado. Talvez este seja um bom contexto para compreendermos tantos usos diferentes do construtivismo e construcionismo social e, ao mesmo tempo, a necessidade que se observa na literatura de delimitação dos territórios em torno de um certo entendimento do

5. Pascual-Leone (1997) caracteriza o construtivismo categórico como uma posição inaugurada por Kant, a qual postula tácita ou explicitamente, um repertório inato de invariantes funcionais – esquemas comportamentais inatos – de conteúdo específico, concreto e abstrato.

construtivismo e/ou construcionismo social (Hoffman, 1990, 1991; Fried-Schmitman & Fuks, 1994; Gergen, 1994; Paré, 1995; Freedman & Combs, 1996).

Dentro deste panorama, Chiari & Nuzzo (1996) interessadas em favorecer a conversação sobre as idéias construtivistas e construcionistas sociais, elaboraram uma sistematização, dentro do que se poderia chamar de construtivismos psicológicos, justapondo definições de diferentes autores, procurando estabelecer uma diferenciação meta-teórica, adotando como critério de diferenciação a relação entre conhecimento/realidade. Chiari & Nuzzo consideram que muitas das definições propostas acabam não sendo realmente úteis na especificação do que vem a ser o construtivismo, na medida em que são extremamente abrangentes. Este é o caso do critério de participação (pró)ativa do indivíduo na construção do conhecimento e da experiência, proposto na definição de Mahoney (1991). Muito poucas seriam as abordagens na psicologia, defendendo uma concepção do ser humano como reativo e passivo, que poderiam ser inequivocamente ditas não construtivistas, de acordo com este critério definidor. Um tal critério de definição, apontam elas, incluiria como construtivistas desde as psicologias antropomórficas como a de Jung e a psicanálise heterodoxa de Adler, até as psicofenomenologias norte-americanas, as psicologias humanísticas e existenciais.

Chiari & Nuzzo (1996) consideram contudo, que as tentativas de sistematizar o campo do construtivismo/construcionismo social acabaram sendo enfraquecidas por duas principais razões: o critério de distinção escolhido como diferenciador da abordagem e a má compreensão de um autor em relação à abordagem do outro. Algumas dimensões parecem ser mais relevantes do que outras para articular a ampla área do construtivismo/construcionismo social e esta é, a meu ver, uma das principais contribuições das autoras.

Como resultado de seu trabalho, Chiari & Nuzzo acabaram por distinguir um *construtivismo epistemológico*, no qual se incluiriam as vertentes geralmente definidas como construtivistas (radical,

crítico, dentre outras) de um *construtivismo hermenêutico*, no qual se incluiria o construcionismo social. As duas vertentes juntas definem, para as autoras, o *construtivismo psicológico*. A opção pela denominação de construtivismo epistemológico decorreu de fundamentarem-se, as autoras, nos dizeres de Glasersfeld (1991, p.17), já citados anteriormente neste trabalho, de que o "*construtivismo lida com conhecer, não com ser...*" Quanto à sua referência ao construtivismo hermenêutico, elas incluem sob esta denominação todas aquelas abordagens, dentre as quais o construcionismo social (mas, não só⁶), que definem o conhecimento como interpretação, historicamente fundada e contextualizada, gerada linguisticamente e negociada socialmente. Portanto, as abordagens hermenêuticas são consideradas distintas das epistemológicas que consideram o conhecimento como uma produção cognitiva e individual.

Especificamente referindo-me à proposta deste artigo, entendo que o que Chiari & Nuzzo propuseram, foi o reconhecimento de uma metateoria *construtivista* para a psicologia, que pudesse incluir os diferentes tipos de construtivismo, geralmente encontrados na literatura da área, incluindo o construcionismo social, constituídos por abordagens e teorias que "*lutam por transcender a oposição tradicional entre idealismo e realismo*" (Chiari & Nuzzo, 1996, p.178). O elo entre as diferentes vertentes seria a concepção de que a estrutura e organização do conhecimento, incluindo tanto seu sujeito como seu objeto, é inextrincavelmente ligada ao sujeito cognoscente.

Ao estabelecer como divisor de águas entre o construtivismo e o construcionismo social a referência a *epistemológico* ou *hermenêutico*, pontuando sua análise ao longo de um *continuum* entre uma posição filosófica idealista e seu polo oposto realista extremo, Chiari & Nuzzo, no final das contas, acaba-

6. As autoras mencionam também, dentre outras, a psicologia narrativa de Sarbin, a psicologia do contar histórias e conversacional de Mair, a psicologia cultural de Bruner, a psicologia discursiva de Edwards e Potter, como interligadas e sobrepostas ao que denominam de construtivismo hermenêutico.

ram por manter as mesmas diferenças geralmente encontradas na literatura entre construtivismo e construcionismo social. Os construcionistas sociais, redefinidos por elas como adotando uma perspectiva construtivista hermenêutica, consideram a narrativa como o princípio organizador da ação humana, enfatizando não a mente, mas os significados coletivamente gerados através das descrições e explicações que as pessoas constroem na linguagem (Gergen & Gergen, 1991). No que diz respeito ao construtivismo epistemológico, no qual as autoras incluem o construtivismo crítico e o radical, dentre outros, o princípio organizador é o pressuposto de que a ordenação e organização do mundo são constituídas pela experiência da pessoa, portanto, pelo operar de um sujeito no mundo da experiência.

No entanto, o construcionismo social também lida com conhecer e não com ser e, assim, não teria como ser apresentado como distinto do que as autoras incluem no construtivismo epistemológico. Por outro lado, o construtivismo também pode ser considerado hermenêutico, na medida em que vê as teorias como histórica e culturalmente fundadas e não como representação objetiva calcada nos princípios da certeza... Portanto, a sistematização proposta por Chiari & Nuzzo, embora útil, acaba mantendo algumas arestas a serem aparadas. Contudo, não se pode negar que o trabalho configura uma boa análise e sistematização da área, e uma considerável tentativa de harmonizar as diferenças.

Diante deste quadro controverso, podemos deduzir que existe uma interface entre o construtivismo e o construcionismo social que justifica seu uso confundido ou indiferenciado. Esta interface garante uma base comum às duas abordagens que poderia ser definida como:

1. ambas as posições confrontam a pressuposta existência de um “mundo real” passível de ser conhecido com “certeza” objetiva. Enfatizando a natureza construída do conhecimento, tanto o construtivismo como o construcionismo social são céticos em relação às garantias fundacionais de uma ciência empírica.

2. pode-se dizer que há uma compatibilidade metodológica entre as duas abordagens, na medida em que recuperam a capacidade de atuar de modo tal, que faz experimentar o mundo como construção. Assim, tanto o construtivismo como o construcionismo social, antes de dizerem como o mundo é, apontam para como o mundo pode parecer quando trabalhamos para ele (Pakman, 1997).

3. ambas concordam que é o observador quem cria as distinções a que chamamos “realidade,” desafiando a concepção do conhecimento como algo criado dentro da mente através de observação imparcial.

4. ambas desafiam a visão tradicional da mente individual como um dispositivo para refletir a natureza de um mundo independente.

5. ambas descartam a visão correspondentista da linguagem como uma representação icônica do mundo, assumindo uma postura pragmática. (cf. Rorty 1988).

6. ambas apoiam-se na noção de reflexividade e auto-referência na construção do conhecimento, de forma tal que não se pode conceber uma distância entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. Portanto, ambas questionam a autoridade tradicionalmente concedida à ciência tradicional e aos seus métodos, que não levam em consideração seus próprios efeitos na construção do conhecimento (von Glasersfeld, 1988; Steier, 1991; Gergen, 1994).

7. além disso, conforme enfatiza Pakman (1997), o construtivismo e o construcionismo social compartilham um território comum pelo fato de ambos promoverem a reflexão. O construtivismo contribuiu para que vissemos a nós mesmos de modo reflexivo, incluindo a nós observadores, como partes das observações que fazemos. Já o construcionismo social, na medida em que tem suas raízes no pensamento crítico (social, cultural político ou lingüístico), define-se por implicar uma revisão de nossos próprios vieses, nossas pré-concepções, determinantes e pressupostos. Como bem o ressalta Pakman, em ambas as abordagens a reflexão se dá num contexto social de mútua aprendizagem e mútua observação e não, no isolamento.

Assim, tanto o construtivismo como o construcionismo social rompem com as convenções tradicionais, desenvolvendo uma teoria do conhecimento na qual este não se refere a uma realidade ontológica "objetiva." O conhecimento diz respeito ao ordenamento e à organização de um mundo constituído pela experiência, não tendo qualquer pretensão à verdade no sentido de correspondência com uma realidade independente de quem a descreve.

Contudo, conforme já mencionei anteriormente, muitos autores têm enfatizado a diferença de foco e de preocupações entre o construtivismo e o construcionismo social. Fundamentados em teóricos como Humberto Maturana, os que se definem estritamente construtivistas consideram os seres humanos como sistemas determinados por sua organização e estrutura (Maturana 1997a), de modo que toda e qualquer mudança só pode se dar a partir daí. Ao postularem, ainda de acordo com Maturana, que não existe uma interação instrutiva, no sentido de se conferir conhecimento a alguém a partir de fora, o papel do meio fica restrito ao de um mero perturbador. O construcionismo social, por sua vez, enfatiza explicitamente a construção social dos significados e do *self*, o intercâmbio social na construção das idéias, dos conceitos e narrativas.

De uma forma geral, compreendo que as divergências fundamentais entre as duas posições giram em torno da contraposição de algumas teses consideradas antagônicas entre as posições construtivistas e as construcionistas sociais, as quais passo em seguida a descrever e, posteriormente a analisar:

1. enquanto o construcionismo enfatiza as práticas sociais de intercâmbio entre as pessoas, o construtivismo coloca sua ênfase no indivíduo, em como esse indivíduo biológico e psicológico opera para construir sua experiência;

2. as formas mais radicais de construtivismo, ao reduzirem o mundo da experiência à construção mental, não são compatíveis com a construção eminentemente social de mundo através das práticas discursivas, propostas pelo construcionismo social;

3. para os construcionistas, termos para mundo e mente são constituintes das práticas discursivas e, como integrantes da linguagem, estão sujeitos à contestação e negociação; para os construtivistas, no entanto, a cognição e suas operações, funcionam ativamente através da reflexão e abstração, cumprindo uma função adaptativa, servindo para organizar a experiência;

4. enquanto os construcionistas sociais entendem que as idéias, as lembranças e os conceitos surgem no intercâmbio social, os construtivistas vêem-nos como produções do indivíduo, decorrentes de seu operar sobre um mundo;

5. alguns oponentes, como por exemplo Gergen (1994), vinculam o construtivismo à tradição do individualismo Ocidental, na medida em que relaciona o conhecimento a processos intrínsecos do indivíduo, que só pode operar a partir de dentro; já o construcionismo social vincula as fontes da ação humana aos relacionamentos e, a compreensão do funcionamento individual, ao intercâmbio comum;

6. embora o construcionismo social mantenha uma relação intertextual com teorias que postulam uma base social para a vida mental como o "construtivismo social," pode-se apontar diferenças entre ambos, na medida em que os teóricos do "construtivismo social," apoiados em Vygotsky, objetivaram um mundo especificamente mental, enquanto o foco do construcionismo social, conforme o já anteriormente mencionado, é o processo microssocial, compreendendo a ação humana a partir da esfera social;

7. o construtivismo e o construcionismo social divergem também na medida em que o construcionismo desconsidera os processos psicológicos como possessões do indivíduo, passando a vê-los como construções histórica e culturalmente contingentes. Enquanto o construtivismo tende a considerar a experiência privada, o construcionismo refere-se ao discurso sobre a experiência privada, enfatizando, principalmente, as conseqüências sociais, em termos de supressão e sustentação de diferentes formas de vida, a partir desse discurso.

Contudo, numa análise crítica do campo, Mascolo, Pollack & Fischer (1997) consideram que o construtivismo, ao afirmar que os indivíduos criam ativamente o significado através da atividade mental auto-regulada que estrutura e reestrutura a experiência, tem sido alvo de críticas tanto dos defensores de uma posição *nativista*, que postulam o inatismo das funções mentais, como dos que se identificam com uma posição *sociocultural*, que propõem a construção do significado como decorrente da atividade social e cultural. Para evitar esse dualismo entre indivíduo e ambiente, propõem uma abordagem à qual denominam de *sistemas epigenéticos*, na qual reconhecem a interação entre processos individuais, sociais e culturais no desenvolvimento psicológico e social. De acordo com esta posição, os indivíduos funcionam como sistemas auto-organizados que interagem com outros sistemas auto-organizados dentro de um sistema mais amplo de relações organismo-ambiente. Entendem os autores que, embora o *self* e os outros sejam fatores inseparáveis na construção do significado e ação, o indivíduo possui uma integridade enquanto sistema auto-organizador, contribuindo diretamente como agente na construção de seu próprio desenvolvimento.

Portanto, em linhas bem gerais, a oposição se dá entre uma visão de construção do conhecimento centrada no indivíduo, no caso do construtivismo, e uma centrada na construção social, no caso do construcionismo. Assim, apoiados nas críticas às possibilidades de descrições e explicações como reflexos de uma realidade objetiva, que remetem a Kuhn e Hanson⁷, von Glasersfeld e outros construtivistas enfatizam as crenças *a priori* do observador, ou seja, seus *a priori* cognitivos como os alicerces da construção do mundo fatural. Por outro lado, Gergen e Goodman, W. B. Pearce e outros construcionistas sociais, consideram esta construção como eminentemente social, decorrentes dos nossos sistemas lingüísticos de descrição.

7. Enquanto Kuhn (1997, orig. 1962) enfatiza que não são os fatos que determinam os paradigmas, mas estes é que determinam o que se define como fatos, Hanson (1958, in Gersen, 1994) ressaltava a perspectiva do observador como a origem das construções fornecem uma base dentro do campo da filosofia da ciência na qual o construtivismo vem assentar-se.

Niemeyer (1997), por sua vez, considera que a contraposição entre as dimensões pessoal e social configuradas pelo construtivismo e construcionismo social, respectivamente, representam muito mais do que uma mera questão de inflexão relativa. Para ele, essas implicações referem-se a questões mais fundamentais, como a natureza do *self* e o *locus* do significado. A análise que Neimeyer faz das diferentes posições dentro deste território construtivista/construcionista social, situa o posicionamento dos diferentes autores ao longo de um *continuum* que varia de um extremo de uma subjetividade pessoal e um *self* idiossincrático, próprios de uma psicologia denominada por ele de "*self-centrada*," para o outro extremo de ... "*dissolução de qualquer concepção de individualidade como uma entidade soberana e unitária*" (p. 56), distinta do "texto" do mundo, própria de uma psicologia "*sem-self*." Incluo aqui, na primeira condição, o trabalho construtivista de Guidano (1994), e, na segunda, a posição de Sampson (1994), para cuja tese, os argumentos construcionistas sociais sobre a construção social e histórica do *self* oferecem sustentação.

Neimeyer aponta ainda uma outra tensão essencial entre as posições construtivista e construcionista social quanto ao *locus* do significado. Neste âmbito, o autor ressalta uma variação entre uma predicação individual e o campo de uma linguagem comum. Para ele, postular a construção dos significados dentro de uma perspectiva mais individualística (construtivista) ou como uma co-construção (construcionista), tem implicações diretas para a prática clínica. Segundo afirma o autor, a primeira posição estaria ligada a práticas mais auto-reflexivas e a segunda a procedimentos mais conversacionais. Contudo, a meu ver, a psicoterapia enquanto definida como um espaço dialógico centrado no processo de questionamento e na transformação da narrativa (o que Neimeyer associa ao construcionismo social sob as *rubricas* de práticas conversacionais), para que suas práticas possam se configurar como geradoras de mudanças, devem necessariamente convidar à reflexão. Portanto, se bem constituam diferenças do ponto de vista teórico, não podemos concordar que estas representem a diferença sugerida na prática clínica, conforme apontado pelo autor.

Contudo, valorizando os trabalhos acadêmicos que procuram articular as convergências e divergências entre as várias distinções construtivistas, tanto no nível metateórico como no aplicado, analisando cuidadosamente seus comprometimentos filosóficos centrais, Neimeyer postula uma integração teoricamente progressiva de tradições que compartilham crenças epistemológicas similares, embora complementares no nível da técnica terapêutica. Entende o autor que, tal decorrência, tendo a vantagem de manter uma consistência conceitual, favoreceria a diversidade técnica da prática clínica. Esta posição foi articulada por ele no último Congresso de Construtivismo em Psicoterapia realizado em Siena em setembro, sob a denominação de *construtivismo dialógico* (Neimeyer, 1998⁸).

O individual e o social: para além das fronteiras

O que dizer de tudo isto? Ora, se embora dentro do mesmo sistema de pensamento pós-moderno, que desafia a possibilidade de produção de explicações descontextualizadas e independentes das organizações humanas dos significados, estes dois sistemas de inteligibilidade – construtivismo e construcionismo social – discordam, poderíamos concluir daí, que eles devem estar, necessariamente, propondo diferentes sistemas de distinção para caracterizar o que vem a ser o conhecimento e, portanto, devem estar distinguindo coisas diferentes. Nesse sentido, Maturana (1997a) afirma que divergências ou mútua exclusão entre dois sistemas explicativos, se adotamos um caminho da objetividade-entre-parênteses (Maturana 1996, 1997b, 1997c e 1997d), não podem contar com qualquer argumento de realidade para a busca de um critério de validação e elucidação das divergências. Assim sendo, temos que nos perguntar pelos distintos domínios da exis-

tência que geram tais propostas. Seriam eles realmente distintos, especificando diferentes jogos de linguagem a ponto de validarem uma cisão entre as duas vertentes? Parece-me relevante acrescentar a essa polêmica entre o individual e o social, priorizados diferentemente pelas duas posições que von Foerster (1974) considera que há uma conexão não trivial entre os conceitos: de *observador*, de *linguagem* e de *sociedade* (formada pelos dois observadores que se conectam na linguagem). Para este autor, essa relação triádica é fechada, uma vez que se necessita dos três conceitos para poder ter os três e define-se como uma interrelação do tipo tal que não se pode dizer quem vem primeiro e quem vem por último. Assim pensando, não me parece possível estabelecer territórios distintos *entre* o sujeito que constrói seu conhecimento na linguagem numa dada sociedade e a dimensão social construída por ele.

Por outro lado, como um ser humano, nenhum observador poderia ser concebido como um ser absoluto fechado em si mesmo e nem, como possuidor de uma linguagem privativa, se entendemos que:

... "objetos cognoscíveis e sujeitos cognoscentes são ambos configurados no viver de um observador, que o observador surge quando... fazemos distinções na linguagem, e que a linguagem é coordenação de coordenações consensuais de conduta, não há como conceber nem um eu absoluto, nem uma linguagem privada" (Graciano & Magro, 1997, p. 24).

Portanto, como mantermos esse critério de distinção que os autores usam para se posicionarem como construtivistas ou construcionistas sociais? Se, apoiados em Maturana (1996), entendemos que o ato cognitivo básico é a distinção, que as operações de distinção constituem os objetos, que distinções são feitas na linguagem e que linguagem implica em estar com o outro, como mantermos o individual e o social como critérios de distinção? Como mantermos tal cisma, se um domínio cognitivo configura-se como um domínio consensual entre observadores, que definem os critérios de aceitabilidade daquilo a que chamamos de conhecimento? Se seria, portanto, mais adequado dizer que vivemos em comunidades

8. Palestra apresentada na Mesa Redonda – *Epistemological issues and theoretical models* - no VI *International Congress on Constructivism in Psychotherapy* em setembro de 1998, em Siena, Itália.

cognitivas... *"domínios de coordenações de ações na práxis do viver numa comunidade de observadores"* (Maturana, 1996 p. 106)? Se o social se constitui por indivíduos em interação? E, além disso:

... "o social é o meio em que esses indivíduos se realizam como indivíduos. Em sentido estrito, portanto, não há contradição entre o individual e o social, porque são mutuamente generativos" (Maturana, 1997b, orig. 1990, p. 43).

Da mesma forma que Maturana, entendo que uma possível contraposição entre o individual e o social, configura uma problemática cultural e histórica de negação mútua entre eles. Insistir no social ou na circunstância significa desconsiderar a legitimidade do indivíduo e, insistir no indivíduo, implica em desconsiderar a legitimidade do social. Concordo com Maturana quando afirma que a colocação dessa oposição não é uma boa colocação do problema. Para ele, a dinâmica da constituição do indivíduo e a dinâmica da constituição do social, são interdependentes, não no sentido de dependência mútua, mas de interconstituição: *"se é indivíduo na medida em que se é social, e o social surge na medida em que seus componentes são indivíduos."* (op. cit. p. 43)

Priorizar as construções individuais, conforme propõem defensores do construtivismo, a meu ver, corre o risco de voltar a uma superioridade do sujeito cognoscente conforme o paradigma da modernidade, que, ao enfatizar o observador, acaba sugerindo uma separação entre sujeito e objeto. Fruggeri (1992), recorrendo a von Foerster e von Glasersfeld e, reconhecendo a importância da ênfase sobre o observador, ressalta que essa ênfase pode induzir a... *"recapitulação do mesmo esquema dualístico sujeito/objeto"* (p. 43), que pode ser evitada quando nos orientamos para uma visão do conhecimento como *processo*. Tal orientação, que para Fruggeri é própria do construcionismo social, apoiada no círculo hermenêutico de interpretação-ação, compreende as descrições do observador, não como abstrações, mas como realidades socialmente construídas. Se assim o entendemos, as crenças e os *a priori* cognitivos que constroem as realidades que

descrevemos não são particularidades das mentes individuais, mas, resultados dos processos comunicacionais. Entendemos que esta é também a posição de Maturana, conforme nos referimos anteriormente.

Ainda dentro desta polêmica, tomemos como referência o que diz Shotter (1989):

...os sócio-construcionistas... admitem que estamos "enraizados" em um processo muito mais difuso e contínuo em que não só contam os aspectos sociais, culturais e históricos, mas também os biológicos e ecológicos, um processo de desenvolvimento em grande escala que produz as subjetividades individuais e localizadas, mas que em si mesmo se acha, nas palavras de Popper (1972), "sem um sujeito cognoscente". (p. 143)

Podemos destacar nesta posição, que contam tanto aspectos sociais, culturais e históricos, como os idiossincráticos biológicos e ecológicos, e que, reconhecer tais fatores não desconsidera as subjetividades individuais e localizadas. Dessa forma, a ênfase no intercâmbio social conformado pelos jogos da linguagem nos espaços interpessoais, conforme propõe o construcionismo social, não pode prescindir de um indivíduo que na sua idiossincrasia, ao construir-se, segundo as convenções de sua comunidade linguística, também as transforma. Fruggeri (1992), referindo-se ainda ao círculo hermenêutico de interpretação-ação, afirma que *"as crenças mantidas pelos indivíduos constroem as realidades, e estas são mantidas pela interação social que, por sua vez, confirma as crenças que se originam socialmente."* (p.43). Aceitar um *self* imerso num multiverso social (parafrazeando Maturana) não implica em anular um *self* idiossincrático. As pessoas são únicas e fazem diferença, muito embora se constituam nas comunidades em que vivem.

Essa posição é ao meu ver, condizente com a de Morin (1995) para quem há *"uma profunda ausência de distinção e ao mesmo tempo uma raiz comum entre conhecimento, cultura e sociedade"* (p.73). O ser humano não só conhece através, para e na dependência de si, mas através de sua família, suas raízes culturais, sua sociedade, para todos eles e na

dependência deles (Morin, 1995; 1998). O conhecimento do indivíduo alimenta-se tanto da memória biológica como da cultural, para que possa desenvolver sua própria memória. Nesse sentido, para Morin, o conhecimento humano é complementar, concorrente e simultaneamente regulado

“por dois sistemas polilógicos, complexos, sendo que um é biocerebral e o outro sociocultural, cada um desses complexos abrange instâncias complementares, concorrentes e antagônicas” (1995, p. 74)

Portanto, o que Morin deixa em evidência é que as atividades cognitivas desenvolvem-se num espaço dialógico entre duas polilógicas: a biológica e a sociocultural, de modo que tanto os esquemas congênitos como os culturais concorrem para as operações de reconhecimento para a linguagem, lógica, consciência, mente e raciocínio. Morin cunha para representar esse encontro das polilógicas, a palavra *bioantropopsicocerebral*.

Assim, mesmo o conhecimento mais elementar resulta da confluência de componentes biológicos, cerebrais, culturais, sociais e históricos. Nesse sentido podemos compreender a complexidade bioantropológica, simultânea a uma hipercomplexidade sociocultural. Ao considerar complexa esta interdependência de fatores, Morin está enfatizando uma relação colaborativa de natureza complementar, concorrente, antagônica e hologramática, geradora do conhecimento. Assim, a cultura e a sociedade são intrínsecas ao conhecimento humano, de modo tal que o conhecimento pode ser compreendido como estando na cultura e a cultura, no conhecimento:

Um ato individual de conhecer é *ipso facto* um fenômeno cultural e cada um dos elementos do complexo cultural coletivo pode atualizar-se em um ato de conhecer (Morin, 1995a; p. 77)

Assim, podemos dizer que o conhecimento individual tem sempre uma dimensão social da qual é inseparável, da mesma forma que a construção social da realidade configura-se como uma co-participação

na qual se incluem também as disposições individuais. Contudo, como os indivíduos não são máquinas triviais, comandadas pela ordem social e cultural e, como o conhecimento se consome através das mentes individuais que apresentam uma organização autônoma, o conhecimento pode também tornar-se um conhecimento pessoal. Este é um aspecto que reputo de extrema relevância para a prática da Psicologia e, em especial, da psicoterapia. Como terapeutas, trabalhamos com pessoas singulares, que constroem as narrativas que definem sua subjetividade nos contextos particulares da sua existência. Nos relatos que fazem ao buscarem por terapia, não só apresentam a si mesmas, mas parte de seu universo de vida. Neste microcosmo, enquanto terapeutas, não só construímos uma compreensão de como nossos clientes vivem seus triunfos e dramas, estabelecendo suas operações de distinção nos mundos em que vivem, como também, procuramos um entendimento das vozes canônicas que permeiam suas narrativas.

Diante de contraposições monológicas entre sistemas de idéias, entendo, da mesma forma como Maturana (1995), que o maior risco mental para um ser humano é, de acordo com Maturana (1995), acreditar-se ... “*dono da verdade ou legítimo defensor de um princípio, ou possuidor de um conhecimento transcendental...*” (p. 197), o que implicaria numa cegueira para suas próprias circunstâncias e o ingresso no beco sem saída do fanatismo. Aliás, adotando uma postura pós-moderna como a construtivista e a construcionista social, estamos justamente tendo que lidar com a consciência de nossas cegueiras (von Foerster, 1974). E este é um convite para a responsabilidade pelos sistemas de idéias e práticas que aceitamos. Um segundo maior risco, aponta Maturana, é acreditar-se não totalmente responsável por seus atos e suas conseqüências.

O próprio Gergen, quando responde às críticas ao construcionismo social, considera que os argumentos do construcionismo são artefatos sociais, ligados por metáforas e narrativas, histórica e culturalmente circundados e usados pelas pessoas em relacionamento. O construcionismo busca, segundo

ele, questionar suas próprias implicações pragmáticas, desvendar os artifícios literários dos quais seu poder retórico se deriva, elucidar os processos sociais dos quais tem emergido, investigar suas raízes culturais e históricas e desafiar seus valores implícitos. A visão construcionista, continua ele, funciona como um convite para uma dança, um jogo ou uma forma de vida. Não tem sentido, assim pensando, qualquer apelo à “*verdade*,” ou tentar remover de campo, as visões alternativas. A questão que pode ser proposta, diante da multiplicidade de alternativas é: *Quais os ganhos e as perdas para nossa forma de vida, decorrentes de cada lente que usamos para configurar nossas versões? Em que sentido estes discursos contribuem para nosso bem estar e em que sentido eles ofuscam nossos fins?*

Coordenamos nossas ações em torno de palavras. Nesta dança, há momentos em que desenvolvemos descrições e explicações que nos são tão úteis, que nos agarramos a elas como se fossem espécies de “*verdades*,” em torno das quais arriscamos fazer descrições e previsões. Não quer dizer que acreditamos que estas palavras descrevam o mundo, mas que elas funcionam como “*descritores*” dentro das regras do nosso jogo. Pelo sucesso de certas declarações em coordenar os nossos relacionamentos, elas acabam ocupando em lugar de destaque nos nossos rituais de confiabilidade e de organização de nossas práticas.

Um epistemólogo que compreende as explicações do mundo como embutidas nas práticas sociais deve levar em conta que elas suportam certas práticas e extinguem outras. Dentro do modelo de pensamento pós-moderno, as questões referentes à verdade deram lugar às questões de inteligibilidade, utilidade social e valor humano.

Assim, de acordo com o meu posicionamento, uma psicologia que priorize o indivíduo e o social como complementares e mutuamente constitutivos, antes de pautar-se por uma lógica disjuntiva do tipo ou/ou, deveria orientar-se para a complexidade deste fenômeno que é a pessoa humana. Sob tal égide, nossa psicologia necessita dilatar e flexibilizar suas fronteiras, para além do psicologismo, favorecendo

uma prática não autoritária, estruturada a partir de uma epistemologia complexa. Sem nos desfazermos das doutrinas, ideologias, teorias redutoras e militantes, caímos no que Morin (1996; 1998) considera uma barbárie nas idéias e nas relações com a noosfera – uma apropriação cega pela idéia.

Tal diversidade e as tentativas inúmeras de contrapor as divergências e aproximar convergências refletem, a meu ver, o caminho de desenvolvimento das idéias e das práxis delas decorrentes. Tantos são os contextos de origem e tantos os grupos da psicologia – cognitivos, sistêmicos, psicanalíticos, humanistas, psicologia social, dentre outros – que podemos incorrer numa espécie de falácia genética de diferenciar teorias a partir de seus contextos de criação, criando fronteiras descabidas para o estudo de um fenômeno complexo como o humano.

O atual panorama nos campos do construtivismo e do construcionismo social, segundo penso, representa um momento de transição para uma nova síntese que possa favorecer a convivência e o diálogo entre as diferenças, enquanto condizentes e coerentes com uma metateoria unificadora. O Construtivismo pareceu cumprir esta função por um certo período e, além de esperançoso, isto favoreceu o avanço teórico do campo da psicologia e da prática da psicoterapia. Contudo, nesse momento de transição, conforme entendo o panorama atual, talvez seja necessária a proposição de novos conceitos teóricos ou a re-apropriação dos já existentes, de modo que, antes de gerar resistências desnecessárias, convide ao diálogo em torno de seus pontos de tensão, favorecendo novas sínteses dialéticas. A teoria da autopoiese, desenvolvida por Humberto Maturana e Francisco Varela há cerca de um quarto de século, apresenta-se como uma perspectiva promissora, nesta direção. Contudo, mesmo não a tendo explorado no decorrer deste trabalho, penso que esta teoria tem exigido uma compreensão mais profunda do que tradicionalmente tem sido dada a ela (Whitaker, 1997; Stewart, 1997; De Giorgi, 1997; Bunnell, 1997; Hook, 1997; Sandow, 1997). Muitos têm se dedicado a este fim e transitado pelo território que ela define, a ponto de terem se reunido em Belo Horizonte, em 1997, profissionais de todo o mundo e dos mais diversos

ramos do conhecimento para um Congresso Internacional sobre Autopoiese, discutindo suas aplicações e implicações principalmente para o campo da biologia, cognição, linguagem e sociedade.

Uma outra perspectiva é oferecida, a meu ver, pela epistemologia da complexidade representada pelo pensamento Morin (1995b; 1996; 1997), que pode ser especialmente útil, neste momento, como um sistema de inteligibilidade, assim como tem sido o referencial pós-moderno. Antes de mais nada, a aceitação de uma lógica disjuntiva entre o individual e o social implica em uma redução própria do paradigma da simplificação contra o qual tanto o construtivismo como o construcionismo social se colocam. Antes desta implicação disjuntiva, uma convivência de troca colaborativa, própria da civilização de idéias a que se refere Morin, poderia conduzir a um respeito pelas preferências e suas utilidades em relação às práticas que organizam. Além do mais, entendo que este pensamento disjuntivo envolve um retrocesso a uma espécie de valor verdade que, antes de considerar o foco no individual ou no social como sistemas de idéias, ou o *locus* em que se coloca o *zoom*, tende a reduzir de forma simplificada, ao confundir o foco, ou seja, a parte, como a totalidade do fenômeno. Uma grande vantagem do intercâmbio entre os distintos grupos construtivistas e construcionistas sociais pode ser o favorecimento dessa evolução, à medida que, fomentando conversações dialógicas, desencorajaria os dogmatismos e as intolerâncias a favor de uma postura solidária e ética.

Referências bibliográficas

- Anderson, H. e Goolishian, H. A. (1988). Human systems as linguistic system: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. *Family Process*, 27: 371-393.
- Bruner, J. (1997, orig. 1990). *Atos de Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bunnell, P. (1997). An invitation concerning human speciation. Em: C. Magro (org.). *Worbook: Biology, Cognition, Language & Society. International Symposium on Autopoiesis*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Chiari, G. e Nuzzo, M. L. (1996) Psychological constructivism: a metatheoretical differentiation. *Journal of Constructivist Psychology*, 9, 3: 163-184.
- De Giorgi, R. (1997). Reference and obstacle. Em: C. Magro (org.). *Worbook: Biology, Cognition, Language & Society. International Symposium on Autopoiesis*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Efran, J. S. e Fauber, R. L. (1997, orig. 1995) Construtivismo radical: perguntas e respostas. Em: R. A. Neimeyer e M. J. Mahoney (org.). *Construtivismo em Psicoterapia*. Cap. 13, pp. 229-253. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fernandez-Alvarez, H. (1996). Constructivism in latin america. *Journal of Constructivist Psychology*, 9, 3: iii.
- Foerster, H. von (1974). Cibernética de la cibernética. Em: M. Pakman (ed.) *Las Semillas de la Cibernética: Obras Escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa, (1991).
- Foerster, H. von (1981a). Desorden/orden: descubrimiento o invención? Em: M. Pakman (ed.). *Las Semillas de la Cibernética: Obras Escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa, (1991).
- Foerster, H. von (1981b). Construyendo una realidad. Em: P. Watzlawick (ed.). *La Realidad Inventada*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- Freedman, J. e Combs, G. (1996). *Narrative Therapy: The Social Construction of Preferred Realities*. New York, NY: W. W. Norton & Company.
- Fried Schnitman, D. e Fuks, S. I. (1994). Metaforas del cambio: terapia y proceso. Em: D. Fried Schnitman (ed.). *Nuevos Paradigmas, Cultura y Subjetividad*. Buenos Aires: Paidós, pp. 377-391.
- Fruggeri, L. (1992) Therapeutic process as the social construction of change. Em: S. McNamee & K.J. Gergen (eds.). *Therapy as Social Construction*. London: Sage Publ, pp. 40-53.
- Gergen, K. (1985) The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40: 266-275
- Gergen, K. J. (1991). *El yo Saturado. Dilemas de Identidad en el Mundo Contemporaneo*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. (1994). *Realities and Relationships - Soundings in Social Construction*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. (1996). La construcción social: emergencia y potencial. Em: M. Pakman (ed.). *Construcciones de la experiencia humana*. Vol. I, Barcelona: Gedisa, pp. 139-182.

- Gergen, K. J. (1998a). The ordinary, the original, and the believable in psychology's construction of the person. Em: B. M. Bayer e J. Shotter (eds.). *Reconstructing the Psychological Subject: Bodies, Practices and Technologies*. London: Sage, pp. 111-125.
- Gergen, K. J. (1998b). Foreword. Em: M. F. Hoyt (ed). *The Handbook of Constructive Therapies: Innovative Approaches from Leading Practitioners*. San Francisco: Jossey-Bass, pp. xi-xv.
- Gergen, K.J. e Gergen, M.M. (1991). Toward reflexive methodologies. Em: F. Steier. *Research and Reflexivity*. London: Sage Publications, pp. 74-95.
- Glaserfeld, E. von (1991). Knowing without metaphysics: aspects of the Radical Constructivist Position. Em: F. Steier (ed.). *Research and Reflexivity*. London: SAGE: Publications, pp. 12-29.
- Glaserfeld, E. von (1994, orig.1981). Introdução ao construtivismo radical. Em: P. Watzlawick (org.). *A Realidade Inventada*. Campinas: Editorial Psy II, pp. 24-45.
- Glaserfeld, E. von (1995, orig. 1991). Adeus à objetividade. Em: P. Watzlawick e P. Krieg (org.). *O Olhar do Observador*. Campinas: Editorial Psy II, pp. 17-29.
- Glaserfeld, E. von (1996) *Aspectos del constructivismo radical*. Em: Marcelo Pakman (comp.). *Construcciones de la Experiencia Humana*. Vol. I. Barcelona: Gedisa Editorial, pp. 23-49.
- Graciano, M. e Magro, C. (1997). Introdução. Em: H. Maturana; C. Magro; M. Graciano e N. Vaz (org.). *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 17-30.
- Grandesso, M. (1994). Construtivismo e psicoterapia. Palestra Apresentada na *I Jornada de Terapia Cognitiva* - S. Paulo.
- Grandesso, M. (1997). Dialogando sobre teorias: metáforas teóricas da terapia familiar. *Nova Perspectiva Sistêmica: Vol. I*, n. 10, 18-23.
- Guidano, V. (1994). *El sí mismo en proceso*. Barcelona: Paidós,
- Hoffman, L. (1990). Constructing realities: an art of lenses. *Family Process*, 29: 1-12.
- Hoffman, L. (1991). A Reflexive Stance for Family Therapy. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 10: 4-17.
- Hook, J. (1997). The observer and society: boundaries and relations. Em: C. Magro (org.). *Workbook: Biology, Cognition, Language & Society*. International Symposium on Autopoiesis. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Ibañez, T. (1992). Cómo se Puede no Ser Constructivista Hoy en Día? *Revista de Psicoterapia*, Vol. III, n. 12: 17-27.
- Kuhn, T. S. (1997, orig. 1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Miró, M. T. (1998, orig. 1995). Contrutivismo terapêutico. Em: R. F. Ferreira e C. N. de Abreu (orgs.). *Psicoterapia e Construtivismo: Considerações Teóricas e Práticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 97-107.
- Mahoney, M. (1991). *Human Change Processes: The scientific Foundations of Psychotherapy*. New York: Basic books.
- Mahoney, M. (1998, orig. 1991). *Processos Humanos de Mudança: As bases Científicas da Psicoterapia*. Porto Alegre: ArtMed.
- Mascolo, M. F. (1994). Toward a social constructivist psychology: the case of self-evaluative emotional development. *Journal of Constructivist Psychology*, 7: 87-106.
- Mascolo, M. F. e Dalto, C. A. (1995). Self and modernity on Trial: a reply to gergen's saturated self. *Journal of Constructivist Psychology*, 8: 175-191.
- Mascolo, M. F. e Pollack, R. D. (1997). Frontiers of Constructivism. *Journal of Constructivist Psychology*, 10: 1-5.
- Mascolo, M. F.; Pollack, R. D. e Fischer, K. W. (1997). Keeping the constructor in development: an epigenetic systems approach. *Journal of Constructivist Psychology*, 10: 25-49.
- Maturana, H. R. (1996) Realidad: la búsqueda de la objetividad o la persecución del argumento que obliga. Em: Marcelo Pakman (comp.) *Construcciones de la Experiencia Humana*. Vol. I Barcelona: Gedisa Editorial, pp. 51-138.
- Maturana, H. (1997a, orig. 1978). A biologia da linguagem: a epistemologia da realidade. Em: H. Maturana; C. Magro; M. Graciano e N. Vaz (org.). *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 123-166.
- Maturana, H. (1997b, orig. 1990). A Biologia do conhecer: suas origens e implicações. Em: H. Maturana; C. Magro; M. Graciano e N. Vaz (org.). *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 31-52.
- Maturana, H. (1997c orig. 1990). *Emociones y Lenguaje en Educación y Política*. Chile: Dolmen ediciones.

- Maturana, H. (1997d). *La Objetividad: Un argumento para obligar*. Chile: Dolmen ediciones.
- Morin, E. (1995a, orig. 1991). Cultura - conhecimento. Em: P. Watzlawick e P. Kreig (org.). *O Olhar do Observador*. Campinas: Editorial Psy, pp. 71-80.
- Morin, E. (1995b). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morin, E. (1996). Problemas de uma Epistemologia Complexa. Em: E. Morin et al. *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Portugal: Publicações Europa-América, pp. 13-34.
- Morin, E. (1997). Complexidade e ética da solidariedade. Em: G. Castro; E. A. Carvalho e M. C. Almeida (org.). *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Editora Sulina, pp. 15- 24.
- Morin, E. (1998, orig. 1991). *O Método. 4. As Idéias: Habitat, Vida, Costumes, Organização*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Neimeyer, R. A. (1993). An appraisal of constructivist psychotherapies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 61*, 221-234.
- Neimeyer, R. A. (1997). Problems and prospects in constructivist psychotherapy. *Journal of Constructivist Psychology 10*: 51-74.
- Opazo, R. e Suárez, E. (1998). Construtivismo moderado; em direção a uma epistemologia integrativa. Em: R. F. Ferreira e C. N. de Abreu. *Psicoterapia e Construtivismo: Considerações Teóricas e Práticas*. Porto Alegre: ArtMed, pp. 29-63.
- Pakman, M. (1997). La psicoterapia en contextos de pobreza y disonancia étnica: el constructivismo y el construccionismo social como metodologías para la acción. Em: M. Pakman (comp.). *Construcciones de la Experiencia Humana, Vol. II*. Barcelona: Gedisa Editorial, pp. 245-262.
- Paré, D. A. (1995). Of families and other cultures: the shiffting paradigm of family. *Family Process 34*: 1-19.
- Pascual-Leone, J. (1997). Constructivismo dialectico como fundamento epistemologico de la ciencia humana. *Revista Interamericana de Psicologia / Interamerican Journal of Psychology, 31, 1*: 1-26.
- Real, T. (1990). The Therapeutic Use of the Self in Constructionist / Systemic Therapy. *Family Process 29*: 255-272.
- Rorty, R. (1988, orig. 1980). *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sampson, E. (1994, orig. 1989). The deconstruction of the self. Em: J. Shotter e K. J. Gergen (ed). *Texts of Identity*. London: Sage Publications, pp. 1-19.
- Sandow, D. (1997). Extending the theory of autopoiesis in the social domain: a study of social support. Em: C. Magro (org.). *Worbook: Biology, Cognition, Language & Society*. International Symposium on Autopoiesis. UFMG.
- Shotter, J. (1989). Social accountability and the social construction of "you." Em: J. Shotter e K. J. Gergen (eds.). *Texts of Identity*. London: Sage, pp. 133-151 .
- Shotter, J. (1993). *Cultural Politics of Everyday Life: Social Constructionism, Rethoric, and Knowing of the Third Kind*. Buckingham: Open University Press.
- Shotter, J. (1994, orig. 1993). *Conversational Realities: Constructing Life Through Language*. London: Sage Publications.
- Shotter, J. (1997). The social construction of our inner selves. *Journal of Constructivist Psychology, 10*: 7-24.
- Steier, F. (1991) Introduction: research as self-reflexivity, self-reflexivity as social process. Em: F. Steier (ed.). *Research and Reflexivity*. London: Sage, pp. 1-11.
- Stewart, J. (1997). Cognitive science, language, and epistemology. Em: C. Magro (org.). *Worbook: Biology, Cognition, Language & Society*. International Symposium on Autopoiesis. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Villegas, M. (1992). Hermeneutica y constructivismo en psicoterapia. *Revista de Psicoterapia, Vol. III, 12*: 5-16.
- Watzlawick, P. (org.) (1994, orig. 1981). *A Realidade Inventada*. Campinas: Editorial Psy
- Watzlawick, P. (1995, orig. 1992). *El Sinsentido del Sentido o El Sentido del Sinsentido*. Barcelona: Editorial Herder.
- Whitaker, R. D. (1997). Exploring and employing autopoietic theory: issues and tips. Em: C. Magro (org.). *Worbook: Biology, Cognition, Language & Society*. International Symposium on Autopoiesis. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Williams, R. N. (1992). The Human Context of Agency. *American Psychologist, 47, 6*: 752-760.